

**ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR
DO PROGRAMA OPERACIONAL
DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO**

RELATÓRIO METODOLÓGICO

NOVEMBRO DE 2005



INDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
1. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO: PRINCÍPIOS ORIENTADORES, DESENHO METODOLÓGICO E MODELO ORGANIZACIONAL	4
1.1. A CONCEPÇÃO DAS INTERVENÇÕES FINANCIADAS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS COMO EXERCÍCIOS DE POLÍTICA ECONÓMICA.....	5
1.2. QUESTÕES CHAVE DE AVALIAÇÃO.....	8
2. A ACTUALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES INTERCALARES.....	13
2.1. CONTEÚDO E OBJECTIVOS GERAIS	14
2.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES E DESENHO DA ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT.....	17
3. OPERACIONALIZAÇÃO DA METODOLOGIA.....	22
3.1. ACTUALIZAÇÃO DA ANÁLISE SOBRE A QUALIDADE DA FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DO PO E DO SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO.....	22
3.2. ACTUALIZAÇÃO DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO E DA AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA EM TERMOS DE REALIZAÇÕES E RESULTADOS.....	24
3.3. ESTIMATIVA DOS PRINCIPAIS RESULTADOS E IMPACTOS EXPECTÁVEIS NO HORIZONTE DA CONCLUSÃO DO PROGRAMA.....	27
3.4. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS E ÁREAS TEMÁTICAS OBJECTO DE APROFUNDAMENTO	28
3.4.1. Roteiro Comum.....	28
3.4.2. Roteiro específico.....	31
3.5. AS GRANDES LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA E AS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS NA REGIÃO DE LISBOA NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	34
3.6. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SUPORTE À ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT	34
ANEXO 1: INQUÉRITO AOS PROMOTORES DE PROJECTOS CONCLUÍDOS	39
ANEXO 2: INQUÉRITO AOS PROMOTORES DE PROJECTOS CONCLUÍDOS (FEOGA)	43

NOTA INTRODUTÓRIA

A actualização das avaliações intercalares comporta dois grandes objectivos, de natureza vincadamente pragmática, a que deverão ser dados resposta neste processo de avaliação. O primeiro consiste em actualizar e analisar as realizações e os resultados já alcançados pelo Programa, produzindo igualmente uma estimativa dos principais resultados e impactes expectáveis no horizonte da sua conclusão. O segundo objectivo visa fornecer um quadro de recomendações para preparar as futuras intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais na Região (2007-2013).

As actualizações das avaliações intercalares constituem, apesar da sua designação, um exercício suficientemente específico e diferenciado das próprias avaliações intercalares com exigências relevantes de utilidade muito polarizadas quer pela melhoria da eficiência e eficácia da fase final de execução das intervenções em causa, quer pela preparação das intervenções subseqüentes, no ciclo 2007-2013 (motivações, objectivos e estratégias), isto é, surgem como exercícios que têm bastante pouco de “repetição” em relação às avaliações intercalares que visam actualizar.

O presente Relatório Metodológico, enquanto volume autónomo do Relatório Final da Actualização da Avaliação Intercalar do PORLVT, foi estruturado de forma a responder às exigências do respectivo caderno de encargos, incluindo:

- um primeiro ponto, onde se situam, ao nível metodológico, os grandes princípios orientadores e questões chave que devem presidir, genericamente, aos exercícios de avaliação de políticas públicas;
- um segundo ponto, que aborda especificamente os objectivos e conteúdo das avaliações intercalares que agora decorrem e, em concreto, os princípios orientadores da actualização da Avaliação Intercalar do PORLVT;
- um terceiro ponto, onde se procede à explicitação da operacionalização desta metodologia de actualização da avaliação intercalar do PORLVT, passando-se em revista as suas dimensões de análise fundamentais, desde a validação da formulação estratégica da intervenção operacional, passando pela análise dos seus efeitos, em torno do binómio eficiência/eficácia, e do seu contributo para a concretização dos grandes objectivos e prioridades nacionais e comunitárias, até à avaliação das medidas e áreas sujeitas a aprofundamento; o sistema de informação de suporte aos trabalhos de avaliação, no quadro do roteiro metodológico definido, é igualmente descrito nos seus traços fundamentais.

1. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO: PRINCÍPIOS ORIENTADORES, DESENHO METODOLÓGICO E MODELO ORGANIZACIONAL

Os desafios actuais colocados às políticas públicas têm vindo a acentuar a relevância de um adequado tratamento da complexidade dos problemas, necessidades, oportunidades e ameaças a enfrentar, da qualidade dos instrumentos, soluções e iniciativas a utilizar ou desenvolver, e da sustentabilidade intertemporal e interdimensional dos resultados, efeitos e impactos a produzir ou controlar.

O sector público tem manifestado, nos anos mais recentes, uma tendência reformista no sentido da passagem de uma visão administrativa a uma óptica de gestão. O “*new public management*”¹ incide, especialmente, na qualidade dos serviços prestados, na introdução de indicadores e medidas de desempenho, na integração dos princípios da competitividade e no uso eficaz e eficiente dos recursos mobilizados. É no quadro deste novo modo de entender a administração pública, cujas orientações e estratégias traduzem claramente os ensinamentos do sector privado, que a avaliação de políticas, de programas e de projectos desenvolvidos na base de recursos públicos ganha uma relevância crescente.

Apesar de os agentes (públicos e privados, gestores e beneficiários) se mostrarem cada vez mais sensibilizados para a mais valia das avaliações, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de multiplicar o valor acrescentado destes exercícios. Este percurso passa pelo desenvolvimento de três dimensões que constituem a base do salto qualitativo que os estudos de avaliação devem dar no sentido de fortalecerem o seu reconhecimento, promovendo a sua utilidade social: a identificação do interesse colectivo, a abertura a uma efectiva participação dos agentes e actores e a valorização da aprendizagem associada ao processo de avaliação.

¹OCDE (1994), La gestion des performances dans l’administration: mesures des performances et gestion axées sur les resultants, Public Management Service (PUMA), Paris.

1.1. A CONCEPÇÃO DAS INTERVENÇÕES FINANCIADAS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS COMO EXERCÍCIOS DE POLÍTICA ECONÓMICA

O quadro fixado para os trabalhos de avaliação deve ser enquadrado, em termos mais gerais, nas ferramentas conceptuais da metodologia da política económica², consolidando uma abordagem em termos de uma **lógica depurada na articulação entre meios e fins**, através de escolhas optimizadas por critérios de eficiência e eficácia (envolvendo modelos adequados de afectação de recursos e especialização de responsabilidades), por um lado, e em termos de uma **lógica de coerência ou consistência das intervenções**, traduzida na utilização de instrumentos equilibrados com a ambição dos objectivos pretendidos, por moderação/elevação dos objectivos face à escassez/abundância de instrumentos.

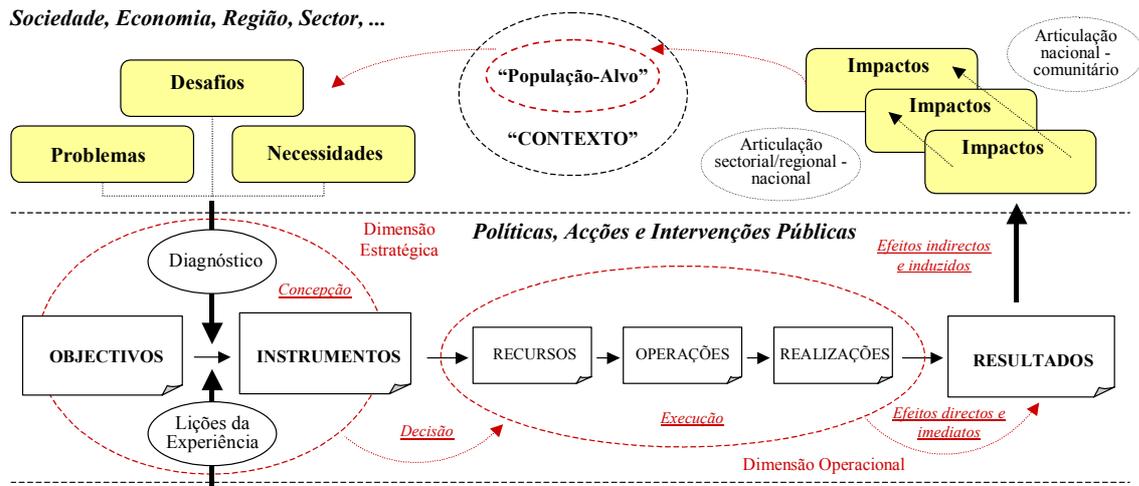
A preparação, decisão, execução e avaliação de programas e políticas públicas pode e deve, neste quadro, valorizar duas lógicas diferenciadas, privilegiando, alternadamente, os dois pólos referidos, isto é:

- uma **lógica descendente (“top-down”)**: caminho hierárquico de desagregação e decomposição dos grandes fins e objectivos a prosseguir, através da organização coerente de um desdobramento rigoroso numa sequência descendente relacionando objectivos globais, objectivos específicos e objectivos operacionais;
- uma **lógica ascendente (“bottom-up”)**: caminho de coordenação, convergência e reunião dos meios, recursos financeiros, humanos, técnicos e organizacionais (inputs), na produção de resultados (outputs) e, através de mecanismos mais directos ou indirectos, mais curtos ou mais longos (efeitos directos, indirectos e induzidos), de impactos (parciais/específicos ou globais) nos objectivos/fins prosseguidos.

A sequência lógica das intervenções financiadas por fundos da União Europeia segue, em geral, o esquema apresentado na Figura 1.1 em que se articula o nível das **políticas, acções e intervenções públicas** com o contexto e população-alvo, **sector, região, economia, sociedade**, sobre os quais a intervenção se desenvolve.

² Nomeadamente nos desenvolvimentos da contribuição fundadora de Jan Tinbergen.

FIGURA 1.1: SEQUÊNCIA LÓGICA DAS INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS

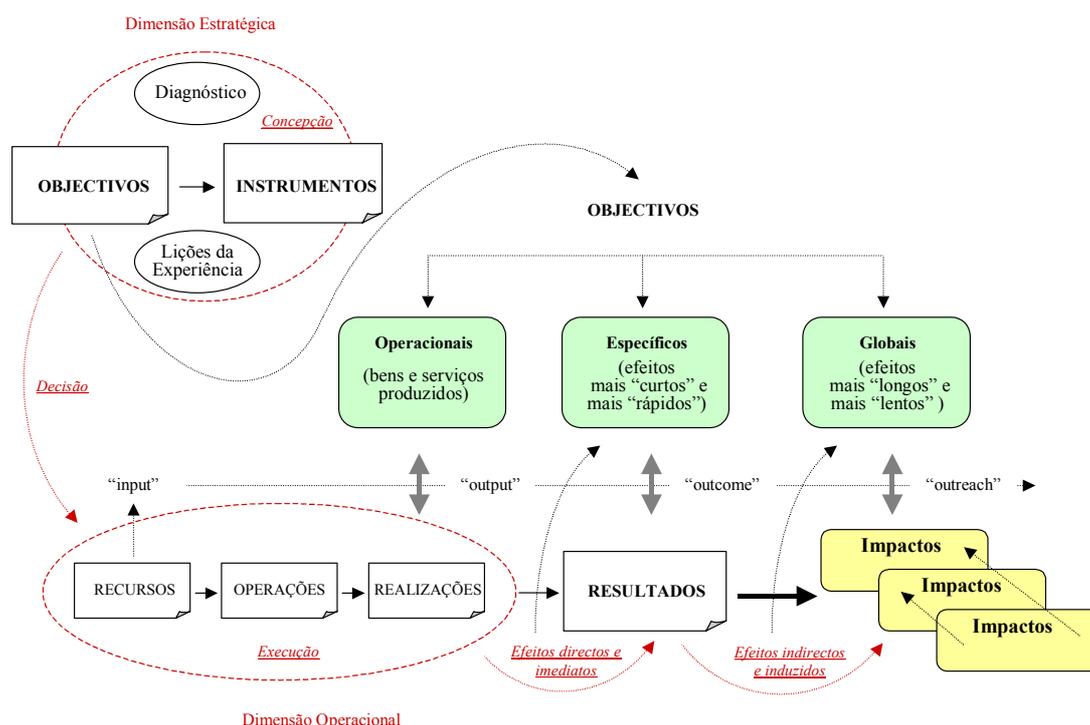


Fonte: Augusto Mateus & Associados

A sequência lógica representada na figura, para além de evidenciar a ligação entre os desafios-problemas-necessidades e a estratégia seguida pelo programa e entre os recursos das intervenções e as realizações e subsequentes resultados e impactos, serve ainda como base para proceder à explicitação do relacionamento das realizações, resultados e impactes com as várias categorias de objectivos definidos (ver Figura 1.2):

- os objectivos operacionais são expressos em termos de realizações;
- os objectivos específicos são expressos em termos de resultados;
- os objectivos globais são expressos em termos de impactes.

FIGURA 1.2: O CICLO DE VIDA DO PROGRAMA E A SEGMENTAÇÃO DOS SEUS OBJECTIVOS



Fonte: Augusto Mateus & Associados

A adopção destas orientações implica necessariamente uma reflexão aprofundada sobre o conteúdo de uma avaliação e a forma de a operacionalizar, prática que deve estar presente nos diversos passos que a compõem, e que claramente se assume no presente exercício. A abordagem metodológica a adoptar deve, neste contexto, articular-se com uma concepção da função de avaliação capaz de:

- responder às exigências de **rigor** e **objectividade**, com base na pluridisciplinariedade científica e técnica das abordagens e instrumentos utilizados, através da construção de indicadores adequados aos diferentes planos da avaliação (nomeadamente no que respeita aos processos de "medição" das realizações, resultados, efeitos, impactos e desempenho ou performance, de comparação do planeado com o observado e de articulação entre momentos "ex-ante", "on-going" e "ex-post");
- contribuir de forma **útil** para o processo permanente de mudança da população-alvo, traduzido na respectiva capacitação, progresso e desenvolvimento, através, nomeadamente, da produção de informação e de processos de comunicação, apoio à reflexão e concertação estratégicas e à mudança organizacional e cultural dos agentes envolvidos, isto é, de contribuir para o reforço da capacidade de aprendizagem e inovação de um sector ou de uma região, de uma economia ou de uma sociedade, de acordo com as características e dimensões da intervenção em causa.

1.2. QUESTÕES CHAVE DE AVALIAÇÃO

Os serviços da Comissão organizaram um conjunto de documentos de trabalho de natureza metodológica³ onde o alcance e conteúdo dos trabalhos de avaliação são desenvolvidos em extensão e profundidade, constituindo, obviamente, um elemento central no quadro de referência para a metodologia de trabalhos a desenvolver.

Os exercícios de avaliação devem responder a um conjunto de questões fundamentais (ver Caixa de Texto 1.1) e integram-se num ciclo global de programação de intervenções, que cobre o diagnóstico, a concepção, a decisão, a execução e a avaliação, onde se tornou corrente distinguir três momentos diferenciados, isto é, a avaliação **ex-ante**, a avaliação **intercalar** e a avaliação **ex-post**.

A articulação entre a dimensão operacional de uma intervenção pública e o sector e espaço de referência sobre o qual esta se desenrola serve de suporte ao desenvolvimento de uma metodologia de avaliação (ver Figura 1.3 e Figura 1.4) de natureza vertical, onde os vectores do exercício de avaliação se centram na análise da relevância, pertinência, coerência, eficiência, eficácia, utilidade e sustentabilidade que se operacionaliza através da execução de um conjunto de actividades que podem ser agrupadas em quatro componentes fundamentais:

- A) Avaliação da concepção do PO e confirmação da respectiva relevância, pertinência e coerência estratégica de programação;
- B) Articulação das dimensões de eficácia e de eficiência com base numa medição de realizações, resultados e impactos específicos no referencial da quantificação de objectivos operacionais e específicos;
- C) Articulação das dimensões de utilidade e sustentabilidade com base numa medição de resultados e impactes globais no referencial da quantificação de objectivos globais do PO e do contributo para a realização dos objectivos do QCA, das prioridades horizontais e do valor acrescentado comunitário;
- D) Análise do sistema de execução, acompanhamento e controlo, numa perspectiva de contribuição para formas de optimização e melhoria do PO, centrada na avaliação do modelo e desempenho de gestão, da qualidade do sistema de informação e na eficácia do sistema de controlo.

³ Veja-se, nomeadamente, MEANS (1998), Evaluation of Socio-economic Programmes: Selecting and Using Indicators for Monitoring and Evaluation, MEANS Collection Vol. 2, Outubro e Indicadores de acompanhamento e avaliação: uma metodologia indicativa, Novo período de programação 2000-2006: Documentos de trabalhos metodológicos - documentos de Trabalho nº 1 a 9.

CAIXA DE TEXTO 1.1: QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E INTERVENÇÕES PÚBLICAS

Relevância

Em que medida o diagnóstico dos problemas, necessidades e desafios (ameaças – oportunidades) adere às realidades da “população-alvo” e aos contornos e tendências do respectivo “contexto” social, económico e institucional ?

Pertinência

Em que medida são os objectivos da intervenção pertinentes para as necessidades da “população-alvo”, no quadro da consideração das “lições da experiência”, e para as prioridades, num contexto em evolução, aos níveis nacional e da UE ?

Coerência

Estão garantidas condições de exequibilidade ou consistência da estratégia adoptada, nomeadamente ao nível das soluções de afectação, especialização e coordenação de meios (intra-programa e inter-programas) e ao nível da hierarquia, complementaridade e articulação convergente dos objectivos prosseguidos ?

Eficiência

De que modo são os recursos transformados em realizações ou resultados? Que indicações fornece a comparação entre “custos” e “benefícios” para as decisões relativas a afectações alternativas de recursos ?

Qual o grau de penetração das medidas, acções e projectos nos diferentes segmentos relevantes dos destinatários (“população-alvo”) ?

Eficácia

Até que ponto contribuiu a intervenção para alcançar os seus objectivos específicos e globais? Qual a dimensão das sinergias e efeitos internos e externos do programa em termos de “valor acrescentado” sectorial, regional, nacional e comunitário ?

Utilidade

A intervenção teve impacto nos grupos ou populações-alvo, em relação às suas necessidades e problemas ?

Como compara a “situação de chegada” da “população-alvo” com a “situação de partida” do programa (ou, no plano intercalar, as situações intermédias conhecidas ou estimadas) ?

Sustentabilidade

É possível identificar e quantificar as grandes mudanças e efeitos estruturais “produzidos” pelo programa ?

Em que medida se pode esperar que as alterações (ou benefícios) perdurem após a conclusão da intervenção?

A realização do programa configura uma experiência institucional de aprendizagem colectiva com influência futura ?

Sistema de gestão e acompanhamento

O quadro organizativo e de relacionamento institucional é adequado (definição e hierarquia de responsabilidades, circuitos de gestão, quadro normativo, selecção de projectos, parceria)?

O sistema de controlo é eficaz?

O Sistema de informação responde de forma adequada às necessidades da gestão?

Fonte: Augusto Mateus & Associados

FIGURA 1.3: UM QUADRO GLOBAL PARA A AVALIAÇÃO: CONTEÚDO, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS

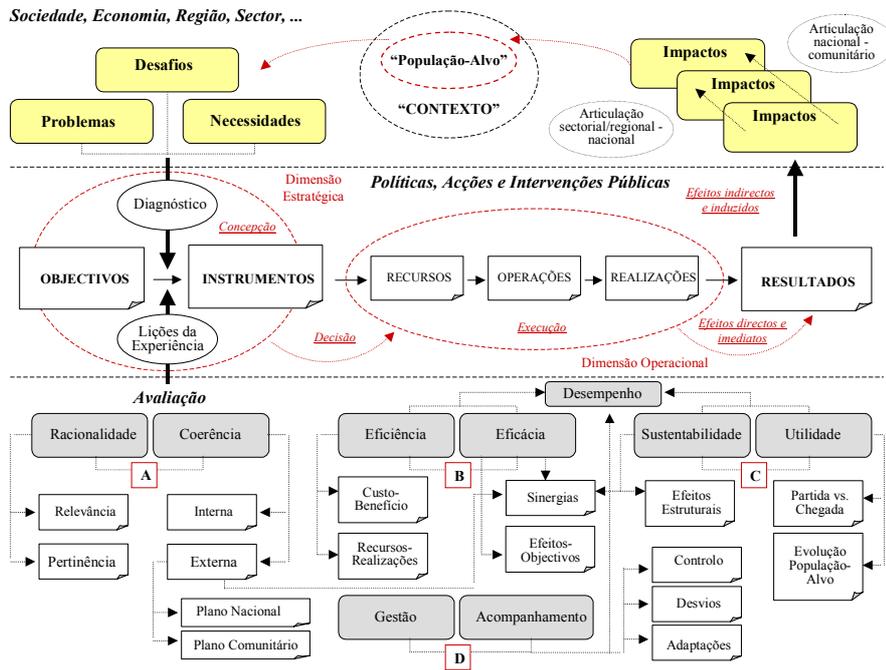
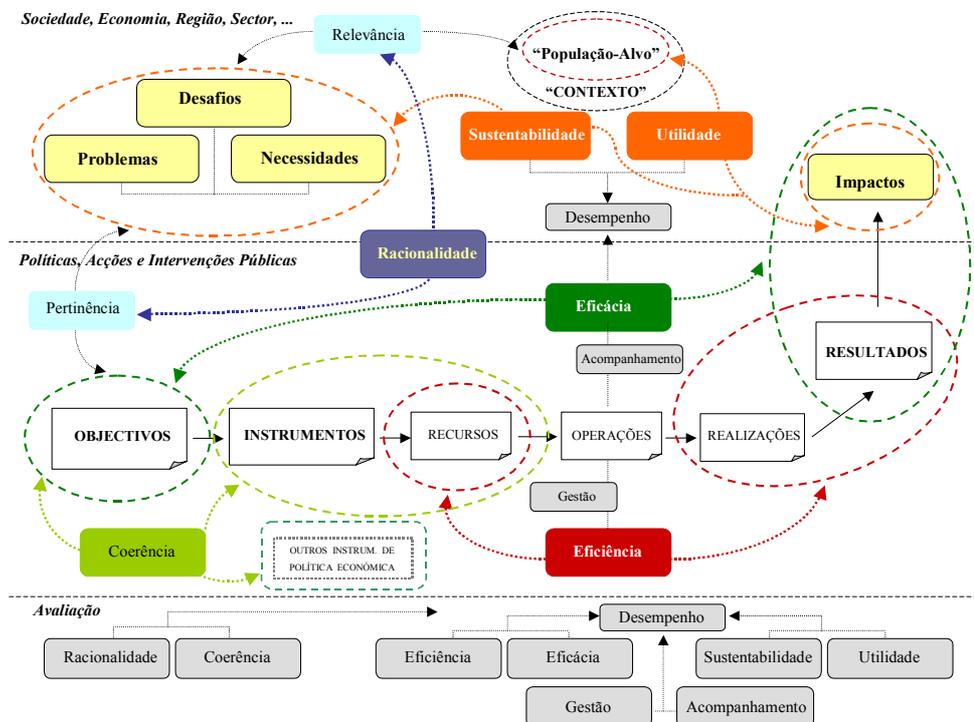


FIGURA 1.4: ARTICULAÇÃO DOS ELEMENTOS A CONSIDERAR NAS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO



Fonte: Augusto Mateus & Associados

O desenvolvimento da avaliação de um programa operacional envolve, necessariamente, a articulação entre a abordagem metodológica de natureza vertical apresentada e diferentes abordagens temáticas, de carácter horizontal (**lógica horizontal-temática**), que se colocam quer em função das prioridades transversais definidas no plano comunitário e/ou nacional, quer em função da estimação dos efeitos de sinergia, quer, finalmente, em função do grau de realização de objectivos referenciados à qualificação ou capacitação de pessoas e organizações.

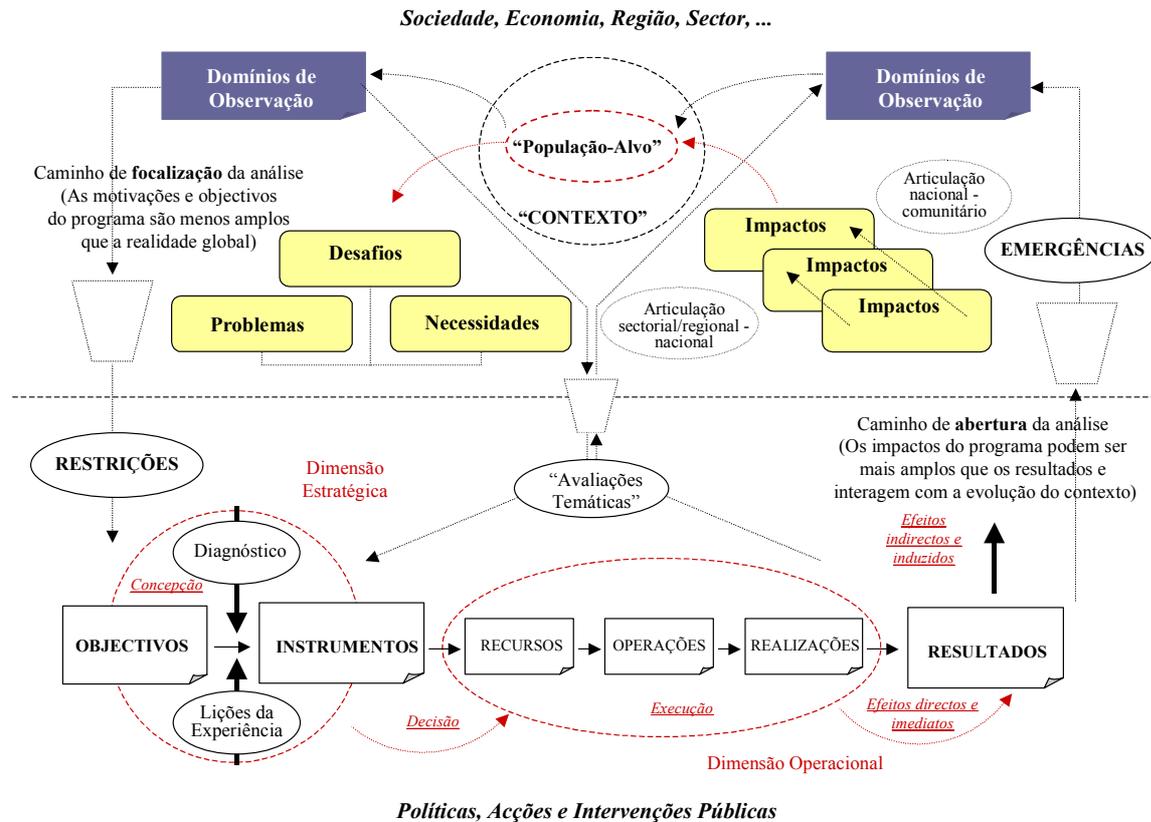
O desenvolvimento metodológico que a equipa de avaliação utiliza para tratar esta questão parte da definição de domínios temáticos de observação, seja a partir dos objectivos e prioridades transversais explicitados à escala comunitária e nacional, seja a partir das características centrais da “população-alvo” e do seu “contexto” reveladas pelo diagnóstico que conduziu à elaboração da estratégia de intervenção subjacente ao programa operacional.

Os domínios temáticos de observação, uma vez definidos, são integrados no dispositivo convencional de avaliação através de um processo que envolve, *ao nível da concepção*, o recurso a *restrições*, *“descendo”* do geral ao particular, através de um caminho de focalização da análise, para o qual são apenas relevantes as motivações e objectivos do programa operacional (muito mais restritos que a realidade global da “população-alvo” e do respectivo “contexto”), e ao nível dos *efeitos*, o recurso a *emergências*, *“subindo”* do particular para o geral, através de um caminho de abertura da análise, para o qual são relevantes todas as ligações implícitas na transmissão de efeitos indirectos e induzidos associados às realizações do programa (na medida em que os impactos do programa podem ser muito mais amplos que os resultados e interagem com a própria evolução do contexto).

A articulação entre os domínios temáticos de observação e os domínios convencionais da avaliação faz-se, portanto, em dois tempos, *“fechando”* e *“abrindo”* o foco da análise para garantir a maximização da objectividade na avaliação global do programa, não lhe exigindo, a montante, o que ele não se propõe fazer, por um lado, não lhe limitando, a jusante, a dimensão e alcance dos efeitos produzidos (veja-se Figura 1.5).

A utilização de domínios de observação como ferramenta metodológica de avaliação revela-se importante, ainda, no quadro das chamadas “avaliações temáticas” onde, no entanto, os procedimentos de “fecho” e “abertura” de análise se desenvolvem no quadro de um caminho estritamente limitado pelo “tema” (objectivo, prioridade, ...) em apreço.

FIGURA 1.5: INTRODUÇÃO DOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS DA AVALIAÇÃO



Fonte: Augusto Mateus & Associados

A lógica horizontal-temática da avaliação pressupõe a concepção de um quadro analítico de avaliação que permita perpetuar a forma como a intervenção contribui para se realizarem os objectivos globais definidos, de âmbito comunitário, nacional e do próprio Programa, e concretiza-se através da observação de um conjunto de dimensões estratégicas de análise e de domínios temáticos transversais que estruturam a intervenção objecto de avaliação.

Com esta opção, pretende-se equilibrar os aspectos pragmáticos das necessidades da avaliação intercalar, nomeadamente as que relevam da preparação e fundamentação de correcções e adaptações visando a melhoria da eficiência e da eficácia, com os aspectos mais estratégicos, prospectivos e dinâmicos da avaliação, isto é, uma combinação coerente entre as dimensões da eficiência e da eficácia, por um lado, e da pertinência e da sustentabilidade, por outro. Esta lógica complementar de avaliação permite introduzir, com efeito, categorias de observação e análise que funcionam como grelha de avaliação a aplicar em alguns objectivos específicos da avaliação intercalar e que complementam a lógica analítica ou vertical.

2. A ACTUALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES INTERCALARES

O quadro conceptual apresentado permite situar com clareza a diferença qualitativa dos exercícios de avaliação relativos quer às dimensões de pertinência, quer às dimensões de utilidade e sustentabilidade, que valorizam necessariamente o **médio-longo prazo** e moldam mais significativamente os momentos ex-ante e ex-post, respectivamente, face aos exercícios de avaliação relativos às dimensões eficiência/eficácia, que se focalizam mais no **curto-médio prazo** e moldam mais significativamente o momento da avaliação intercalar.

Neste sentido, a avaliação ex-ante constitui um momento privilegiado de focalização nas questões relativas à pertinência e coerência, desempenhando um papel relevante na montagem dos sistemas de indicadores e na demonstração da respectiva qualidade e fiabilidade, enquanto a avaliação ex-post desempenha um papel relevante na medição do grau de concretização dos objectivos num horizonte que permita esclarecer não só as questões da utilidade, como da sustentabilidade (de algum modo a lógica da prestação de contas arrasta uma maior valorização da eficácia).

A **avaliação intercalar**, embora se situe, no tempo, entre a avaliação ex-ante e a avaliação ex-post, não constitui uma espécie de meio termo mas, antes, um exercício dotado de autonomia própria com um papel de validação de aspectos da avaliação ex-ante e de antecipação de aspectos da avaliação ex-post, sendo, talvez de todos os três exercícios o que contempla todas as grandes dimensões de análise (pertinência, coerência, eficiência, eficácia, sustentabilidade e utilidade), embora a um nível sempre limitado. A avaliação intercalar pode desempenhar ainda um papel relevante nas melhorias, adaptações e correcções “on-going”, contribuindo, desse modo, para a optimização da execução das intervenções.

O balanço global realizado pela Comissão Europeia sobre as avaliações intercalares desenvolvidas no período 2001-2003 aponta como “ponto fraco” a análise da eficiência e eficácia, bem como dos impactos previsíveis, das intervenções, chamando, ao mesmo tempo, a atenção para que tal se ficou a dever, essencialmente, quer ao arranque tardio dos programas, quer à debilidade dos sistemas de informação e monitoragem dos programas que não incluíam dados suficientemente completos e fiáveis.

As **actualizações das avaliações intercalares** devem, neste sentido, assumir com clareza uma contribuição específica em termos de “valor acrescentado” para a condução das intervenções estruturais, isto é, focalizando-se na superação das limitações das avaliações intercalares e não na repetição de análises já suficientemente desenvolvidas nas avaliações intercalares.

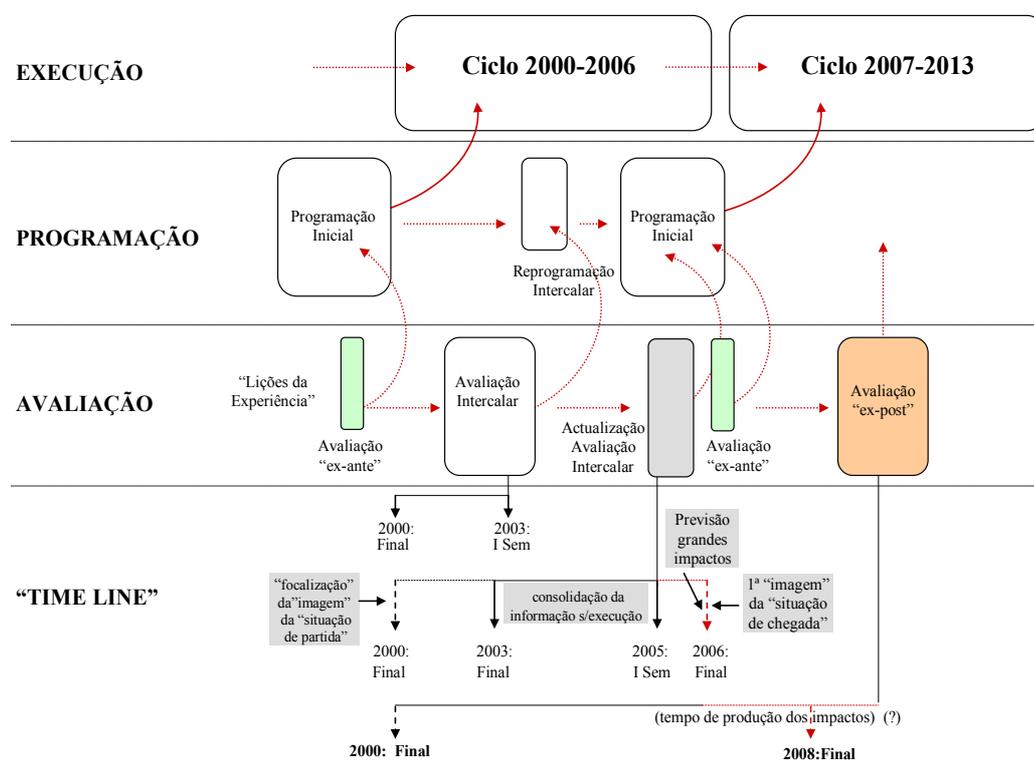
2.1. CONTEÚDO E OBJECTIVOS GERAIS

O grande objectivo a prosseguir pela *actualização das avaliações intercalares* dos programas operacionais do ciclo de programação financeira 2000-2006 é, neste contexto, o de fornecer, no horizonte do final do ano de 2005 (ver Figura 2.1), um quadro útil para a preparação das intervenções estruturais subsequentes. O conteúdo das actualizações das avaliações intercalares deve comportar⁴, neste quadro, as seguintes “componentes chave”:

- a. Uma **análise dos resultados alcançados até à data pelo programa** à luz dos seus objectivos e performance financeira. Esta componente, enquanto componente central dos trabalhos de actualização, deve ser prosseguida:
 - Analisando os dados fornecidos pelos sistemas de informação sobre realizações físicas e financeiras num quadro de avaliação do grau de cumprimento das metas programadas e da performance financeira;
 - Concentrando-se na análise dos “outputs” e dos resultados alcançados, trabalhando a um nível suficientemente agregado e priorizado utilizando um conjunto restrito dos indicadores de programa relevantes;
 - Produzindo uma análise comparativa relativamente completa, entre “outputs” e resultados alcançados, metas definidas na programação e valores de partida, por forma a avaliar as condições de cumprimento das metas fixadas no final do período de programação;
 - Estabelecendo a ligação entre os “outputs” e os resultados alcançados e os “inputs” utilizados (trabalhando sobre recursos financeiros actualizados) para obter conclusões ao nível da eficiência e da eficácia do programa;
 - Organizando informação susceptível de avaliar a qualidade do processo de fixação de metas e objectivos nos documentos de programação e de contribuir para a sua melhoria futura;
- b. Um balanço da implementação das recomendações da avaliação intercalar de 2003, privilegiando as questões que os avaliadores identificaram como portadoras de maior potencial de mudança e melhoria na execução dos programas;

⁴ Veja-se, nomeadamente, “The Update of the Mid term Evaluation of Structural Fund Interventions”, Methodological Working Paper nº 9, Comissão Europeia, Direcção Geral da Política Regional, 2004.

FIGURA 2.1: A ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR: CONTEÚDO E “TIMING” DE CONHECIMENTO DA REALIDADE



Fonte: Augusto Mateus & Associados

c. Uma análise dos impactos já produzidos pelo programa e do provável grau de cumprimento dos objectivos traçados. A avaliação dos impactos, embora seja matéria para os exercícios “ex-post”, uma vez encerrado um programa, pode ser iniciada no horizonte 2005 para um conjunto mais limitado de impactos relativos a objectivos específicos onde a configuração das cadeias de transmissão e/ou o grau de maturação dos projectos desenvolvidos possa permitir uma razoável estimativa⁵. O cruzamento das estimativas de impactos no horizonte 2005⁶ com a restante informação disponível pode, ainda, permitir análises exploratórias:

- Relativas à estimação dos impactos expectáveis no horizonte da plena conclusão da intervenção;
- Relativas à estimação do grau de cumprimento já alcançado e potencialmente alcançável ao nível dos objectivos globais;

⁵ Os impactos que a Comissão considera mais interessantes correspondem à criação de postos de trabalho, à colocação das pessoas inseridas em acções de formação, ao incremento dos fluxos de tráfego e à melhoria da qualidade ambiental.

⁶ Em termos realistas, e tendo em consideração a experiência das avaliações intercalares 2001-2003, isto significa, na prática, algo como a “situação a meio de 2005”.

- d. Um aprofundamento de certas questões específicas de avaliação determinado por características específicas da região, do sector ou do Estado Membro, seja para suprir limitações da avaliação intercalar, seja para melhorar o domínio de certos problemas ou acções, questões essas que devem ser avançadas pelas autoridades competentes, nomeadamente pelos gestores das intervenções estruturais em causa;
- e. Uma síntese conclusiva de conclusões sobre eficiência, eficácia e impactos do programa e de recomendações para os exercícios futuros de programação onde se incluam, nomeadamente:
- Aspectos relativos a um “esforço final” de ajustamento para melhorar a eficiência e eficácia do programa;
 - As principais linhas de mudança/adaptação ao nível da estratégia e dos objectivos, para o período de programação 2007-2013, no quadro mais global do desenvolvimento económico e social da região, do sector ou do Estado Membro.

As actualizações das avaliações intercalares constituem, neste quadro, apesar da sua designação, um exercício suficientemente específico e diferenciado das próprias avaliações intercalares com exigências relevantes de utilidade muito polarizadas quer pela melhoria da eficiência e eficácia da fase final de execução das intervenções em causa, quer pela preparação das intervenções subsequentes, no ciclo 2007-2013 (motivações, objectivos e estratégias), isto é, surgem como exercícios que têm bastante pouco de “repetição” em relação às avaliações intercalares que visam actualizar.

A natureza das actualizações das avaliações intercalares, entendida nestes termos, confere-lhes, finalmente, uma característica reforçada de colaboração entre “avaliadores” e “gestores” das diferentes intervenções estruturais, na medida em que, sem quebra da independência crítica dos primeiros, o que se pretende alcançar é uma efectiva aprendizagem com as falhas e os sucessos das intervenções em curso susceptível de melhorar significativamente o desempenho das políticas estruturais, nomeadamente no contexto da preparação do próximo ciclo de programação, isto é, consideramos que se trata de um exercício muito mais moldado pelo suporte à acção (“*policy-driven*”) do que pelo suporte ao diagnóstico (“*analysis-driven*”).

2.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES E DESENHO DA ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

A actualização da avaliação intercalar do PORLVT ocorre num momento do ciclo de vida do Programa mais próximo da sua fase final e já plenamente marcado pela preparação do próximo quadro de programação da utilização dos fundos estruturais, devendo, neste contexto, assumir necessariamente um duplo papel, isto é, por um lado, um papel de **continuidade** face ao exercício de avaliação intercalar (foco na análise do que aconteceu ou está a acontecer) e, por outro lado, um papel de **descontinuidade**, face ao mesmo exercício de avaliação intercalar (foco na concepção de um quadro de intervenção melhorada no “jogo” de problemas, necessidades e desafios da região) configurando-se como um “**elemento preparatório**” relevante na contribuição para a formação de uma visão prospectiva para as futuras intervenções do ciclo 2007-2013 suficientemente ancorada nas “**lições da experiência**” produzidas pela execução do presente programa operacional.

O desenho dos trabalhos de actualização da avaliação intercalar do PORLVT, considerando quer as grandes orientações fornecidas pela Comissão Europeia, quer as orientações específicas incluídas no caderno de encargos, pautou-se pelas seguintes orientações:

- a. A actualização deve permitir uma produção de uma visão estratégica sintética das condições de execução do Programa, no seu horizonte “mid-term”, com base na **confrontação dos grandes resultados dos exercícios de avaliação e de reprogramação intercalares**, identificando, nomeadamente, quer as alterações de programação visando melhorias de eficiência e eficácia (acolhendo ou não as recomendações da avaliação), quer os objectivos e indicadores chave, à luz dessas alterações. Este objectivo obriga a:
 - Proceder a uma reavaliação da qualidade da estratégia, estrutura e formas de operacionalização do Programa, tendo por base as conclusões da avaliação intercalar e as alterações introduzidas na sua sequência, no contexto da reflexão prospectiva que se tem vindo a desenvolver em torno das linhas de intervenção da Comissão Europeia para o próximo ciclo de programação financeira, em estreita articulação com os objectivos e compromissos decorrentes da Estratégia de Lisboa, privilegiando as questões metodológicas relativas à relevância estratégica, à pertinência de objectivos e à coerência interna do Programa;
 - Apreciar o potencial de correcção e melhoria do desempenho do programa associado à sua reprogramação, nos planos estratégico e operacional, tendo em

consideração, nomeadamente, as insuficiências e pontos fracos identificados pela avaliação intercalar do programa;

- b. A actualização deve permitir uma **melhoria do diagnóstico dos problemas, necessidades e desafios do desenvolvimento da RLVT**, no horizonte temporal de médio prazo fornecido pela própria execução do PO, articulando adequadamente a caracterização da “situação de partida” (o contexto e a situação da “população-alvo” que motivou a actual Intervenção) com a produção de uma primeira aproximação à caracterização previsível da “situação de chegada” no horizonte 2006 (o contexto e a situação da “população-alvo” que motivam o próximo período de programação). Este objectivo obriga a:
- Utilizar uma gama mais vasta de informação disponível relativa à “situação de partida” para “focalizar” de forma completa a respectiva imagem, isto é, produzindo uma caracterização “definitiva” do contexto de arranque do Programa;
 - Complementar a reduzida informação disponível relativa à situação actual com adequadas análises de tendência e estimativas para produzir uma primeira aproximação à imagem previsível da “situação de chegada”, isto é, produzindo uma caracterização “preliminar” do contexto de conclusão do Programa;
- c. A actualização deve permitir um **aprofundamento das realizações, resultados e impactos do PORLVT**, não só em termos da referência do passado mas, sobretudo, em termos de futuro, isto é, de consolidação das alterações introduzidas no actual Programa e de preparação do próximo período de programação, considerando, nomeadamente, os principais impactos estimáveis do Programa. Este objectivo obriga a:
- Consolidar a informação relativa à execução do Programa, corrigindo lacunas na cobertura do ano de 2003 e “trazendo” a informação, credível e completa, pelo menos até ao final do primeiro semestre de 2005;
 - Elaborar, com base nessa informação, um quadro coerente relativo ao grau de cumprimento expectável dos grandes objectivos do Programa e do respectivo contributo para objectivos de nível superior (QCA);

- Proceder a uma previsão dos grandes impactos do Programa no horizonte da sua conclusão com base nas tendências fornecidas pela análise das cadeias de impacto das principais medidas (este exercício de previsão apenas poderá basear-se nos impactos relativos a efeitos directos e a efeitos indirectos “curtos” para os quais seja possível encontrar informação credível suficiente e comporta, necessariamente, a limitação de privilegiar os efeitos dos projectos mais “antigos”, isto é, iniciados mais cedo em termos de execução do PO);
- d. A actualização deve permitir um **aprofundamento analítico selectivo, tomando o Programa no seu conjunto**, quer dos resultados da avaliação intercalar, quer dos desígnios prosseguidos pela reprogramação intercalar, orientado pelas questões da eficiência e da eficácia, isto é, visando contribuir, através de recomendações, para a optimização do “esforço final” de conclusão do Programa e para uma preparação cuidada do próximo período de programação. Este objectivo obriga a:
- Obter informação suficientemente detalhada relativa à afectação de recursos financeiros e à obtenção de resultados, isto é, ao quadro das relações entre “inputs” e “outputs” que permite uma aproximação a análises do tipo “custo-benefício” assentes em padrões rigorosos de referência, sem as quais a avaliação da eficiência fica claramente diminuída;
 - Identificar o contributo dos projectos mais representativos, de acordo com tipologias adequadas, para os grandes objectivos do Programa recorrendo, sempre que possível, a acções de “follow-up” sobre projectos concluídos, única forma de passar de efeitos esperados ou “prometidos” a efeitos efectivos ou “reais”;
 - Identificar as questões determinantes para a utilidade e sustentabilidade do Programa, que, atendendo à sua natureza regional, envolve, também, a abordagem das suas articulações com as outras intervenções operacionais e dos efeitos de dinamização estratégica dos investimentos realizados na região pelos agentes públicos e privados;
 - Realizar uma leitura em termos regionais (em função das NUTS III Área Metropolitana de Lisboa, Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) dos efeitos do Programa no seu conjunto orientada para as questões da eficácia e eficiência e da utilidade e sustentabilidade

e. A actualização deve permitir um **aprofundamento analítico selectivo das questões específicas de avaliação seleccionadas**, a partir da leitura e interpretação do caderno de encargos, enquanto questões relevantes de natureza estratégica e estruturante, não só em termos de avaliação do desempenho do Programa, mas também como forma de sistematizar lições para o futuro, especialmente relevantes para a preparação do próximo período de programação. Este objectivo concretiza-se nas seguintes linhas de reflexão:

- Perceber em que medida a concepção das *medidas 1.5 e 2.3*, apoiadas pelo FEDER, se adequou às necessidades da região e dos territórios alvo de acções específicas (AML e Vale do Tejo) e aos objectivos do PO em geral e destas medidas em particular;
- Perceber em que medida os resultados das acções integradas nas *medidas 3.2, 3.3 e 3.9* (designadamente as acções-tipo referidas no caderno de encargos), apoiadas pelo FSE, contribuíram para a melhoria das competências, qualificações e empregabilidade dos recursos humanos da região e para alcançar os principais objectivos delineados para estas acções;
- Perceber em que medida os conteúdos, formas de implementação e gestão das acções 2, 3, 5 e 7 da *medida 1.15*, apoiada pelo FEOGA, se mostram adequados para a concretização dos objectivos desta medida e respectivas acções, permitem responder de forma eficaz às necessidades dos seus destinatários e são adequados à capacidade dos seus promotores e beneficiários para formular e implementar os projectos abrangidos;
- Perceber em que medida as áreas temáticas referidas no caderno de encargos (*Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos e Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação*), e contempladas no PO ao nível da concepção, se traduziram na prossecução de acções e projectos que responderam de forma adequada aos objectivos inicialmente traçados e estimularam o investimento em factores imateriais de competitividade e identificar os factores que condicionaram, de forma positiva e/ou negativa, a implementação e o desempenho desses projectos, fornecendo assim contributos para a definição, no âmbito do próximo período de programação, da concepção, implementação e gestão de intervenções nestas áreas

- (que, no quadro das Perspectivas Financeiras para 2007-2013, são, a par de outros factores de natureza imaterial e do capital humano, claramente privilegiadas;
- Perceber em que medida o *Sistema de gestão, acompanhamento e avaliação* teve em consideração, na apreciação e acompanhamento dos projectos, a necessidade de, não perdendo de vista os objectivos do Programa, adoptar, por um lado, critérios de referência razoavelmente uniformes para a generalidade dos projectos e, por outro lado, procedimentos suficientemente flexíveis para acomodarem o acompanhamento de projectos com diferentes características, nomeadamente no que respeita à tipologia de projectos de natureza material/imaterial;
- f. A actualização da avaliação intercalar deve, finalmente, permitir a apresentação organizada das **grandes lições da experiência** do actual Programa, em especial nos terrenos da gestão, eficiência e eficácia, cobrindo, no horizonte da preparação do próximo período de programação, aspectos como a avaliação dos meios e das medidas de organização necessárias para reforçar as capacidades de iniciativa e de acompanhamento das estruturas técnicas de gestão, num quadro de maior **integração entre as políticas nacionais e os fundos estruturais**, por um lado, e num quadro de uma intervenção mais activa e qualificada na indução e/ou colaboração de projectos, públicos e privados, de maior qualidade, utilidade e sustentabilidade, tendo em consideração a **delimitação do território da região e o seu posicionamento no contexto das prioridades e objectivos do próximo período de programação**, por outro lado.

Em síntese, pretende-se neste exercício orientar o enfoque para o desempenho, quer em termos de resultados e pertinência face aos objectivos e metas do Programa, quer em termos de eficiência de gestão e operacionalização do mesmo, num quadro prospectivo de preparação do próximo ciclo de programação financeira.

3. OPERACIONALIZAÇÃO DA METODOLOGIA

O desenvolvimento dos trabalhos de *Actualização da Avaliação Intercalar* pressupõe um quadro diversificado de métodos e técnicas de análise e a execução de um conjunto de actividades que, de acordo com os objectivos e princípios metodológicos apresentados nos pontos anteriores, são organizadas em cinco áreas fundamentais:

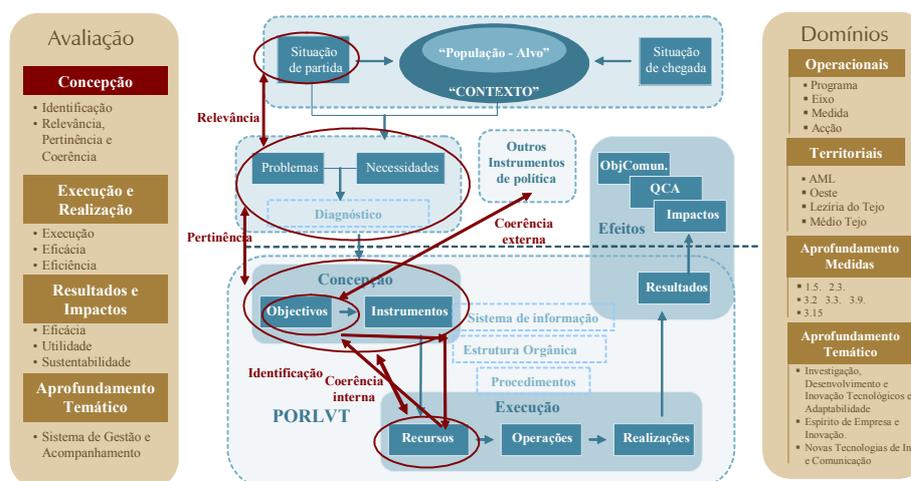
1. Actualização da análise sobre a qualidade da formulação estratégica do PO e do Sistema de Gestão e Acompanhamento;
2. Actualização da análise da execução e da avaliação de eficácia e eficiência em termos de realizações e resultados;
3. Estimativa dos principais resultados e impactos expectáveis no horizonte da conclusão do Programa;
4. Avaliação das medidas e áreas temáticas objecto de aprofundamento;
5. As grandes lições da experiência e as intervenções estruturais na região de Lisboa no período de programação 2007-2013.

Nos pontos seguintes, apresenta-se, para cada uma das componentes da avaliação, os objectivos, as actividades, metodologia e os instrumentos utilizados, terminando com uma referência ao sistema de informação de suporte à avaliação intercalar.

3.1. ACTUALIZAÇÃO DA ANÁLISE SOBRE A QUALIDADE DA FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DO PO E DO SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

Esta componente de avaliação tem como objectivo proceder à reavaliação da estratégia, estrutura e formas de operacionalização do programa tendo por base as conclusões da avaliação intercalar e as alterações entretanto ocorridas actualizando a avaliação em termos de relevância, pertinência e coerência da intervenção.

FIGURA 3.1 - ARTICULAÇÃO METODOLÓGICA: QUALIDADE DA FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DO PO



Fonte: Augusto Mateus & Associados

Este objectivo concretiza-se através da realização das seguintes actividades:

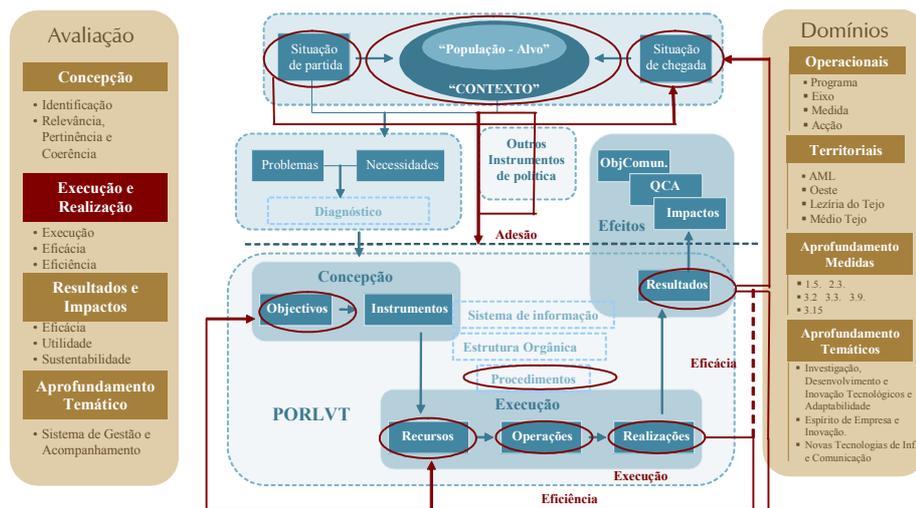
- Análise da evolução da estrutura do PO, com especial enfoque nas alterações introduzidas no meio-percurso na sequência da Avaliação Intercalar, através da leitura das diversas versões dos textos do Programa e Complemento de Programação, das Actas da Comissão de Acompanhamento e dos documentos que fundamentam a reprogramação intercalar efectuada no final de 2004;
- Análise dos recursos afectos ao PO no âmbito do QCA e da programação financeira de cada medida/acção resultantes da reorçamentação efectuada na sequência da Avaliação Intercalar, das prioridades definidas pelo QCAIII e da incorporação das reservas de eficiência e de programação;
- Análise do potencial de correcção da melhoria de desempenho do PO associado à sua reprogramação, numa dupla óptica de observação: uma primeira, ao nível estratégico, centrada nos contributos do Programa para o desenvolvimento da região tendo em consideração os seus desafios estratégicos e uma segunda, ao nível operacional, associada aos recursos ao dispor da Gestão para fazer face aos desafios estratégicos identificados.
- Validação da análise do Sistema de Gestão, Avaliação e Acompanhamento procurando verificar, designadamente, se os procedimentos introduzidos na sequência da revisão intercalar permitiram ou não superar os pontos fracos/estrangulamentos na altura identificados;

- Actualização, face ao efectuado na Avaliação Intercalar e de acordo com a última informação disponível, do contexto em que se desenvolve o Programa;
- Análise dos efeitos das alterações entretanto realizadas na estrutura programática sobre o nível de relevância, pertinência e coerência da intervenção.

3.2. ACTUALIZAÇÃO DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO E DA AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA EM TERMOS DE REALIZAÇÕES E RESULTADOS

Esta componente de avaliação tem como objectivo proceder à actualização da adesão, realizações e resultados do programa, orientando a análise para as questões da eficiência e eficácia da intervenção.

FIGURA 3.2 - ARTICULAÇÃO METODOLÓGICA: ACTUALIZAÇÃO DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO E DA AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA EM TERMOS DE REALIZAÇÕES E RESULTADOS



Fonte: Augusto Mateus & Associados

Este objectivo concretiza-se através da realização das seguintes actividades:

- Análise da existência de critérios-referência de planeamento nos critérios de apreciação e prossecução dos projectos e da forma como se interligam esses critérios de planeamento, os critérios de apreciação e os objectivos a alcançar pelo Programa/Medidas;
- Análise do modelo de selecção e acompanhamento dos projectos, de forma a avaliar em que medida o processo de apreciação se adequou às características e natureza dos projectos, designadamente tendo em consideração a sua natureza material ou imaterial, e identificação de um conjunto de boas práticas a prosseguir em futuras intervenções;

- Desenvolvimento, para efeitos de avaliação da eficiência e com base no SIPORLVT, de uma aproximação a uma análise “tipo custo-benefício”;
- Consolidação da informação relativa à execução do programa “trazendo” a informação, credível e completa, até ao final do 1º Semestre de 2005, através da actualização dos indicadores de resultados das várias medidas e da interpretação das taxas de compromisso, de execução e de realização em termos financeiros e físicos, a nível global, por sub-região, por eixo, fundo e medida (ver Caixa de Texto 3.1), comparando sempre que possível estes resultados com os valores médios do QCA;
- Avaliação dos resultados obtidos, tendo em consideração quer o desempenho do Programa, quer a adequação das metas estabelecidas,;
- Elaboração de uma estimativa preliminar para as realizações e os resultados a obter no fim do período de programação, com base na evolução histórico-tendencial (ritmos de execução e taxas de quebra) do Programa;
- Actualização do quadro resumido de indicadores chave definidos na Avaliação Intercalar;
- Verificação e validação das conclusões da avaliação intercalar no que respeita à eficácia do Programa e avaliação do contributo das alterações introduzidas para o reforço ou atenuação dessas conclusões;

CAIXA DE TEXTO 3.1: ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

A avaliação da realização global física e financeira passa por proceder à análise quantificada - desagregada pelas dimensões acima mencionadas, à partida todas passíveis de apuramento através do Sistema de Informação do PORLVT (SIPORLVT) - dos seguintes indicadores:

- **Taxa de aprovação (TA):** relação entre projectos aprovados e projectos propostos sob a forma de candidatura;
- **Taxa de compromisso (TC):** em termos financeiros, relaciona o montante do orçamento previsto comprometido devido aos projectos aprovados (AP), com o montante orçamental inicialmente programado (PR). Ou seja $tc = AP/PR$. Este indicador será calculado para o período do programa decorrido (correspondente ao período da presente avaliação). Se existir informação disponível, poderá também calcular-se para todo o período do Programa. Este conceito pode também ser aplicado à realização física. Neste caso relaciona o número de unidades previstas nos projectos aprovados (AP) com as metas definidas para o conjunto do Programa (PR);
- **Taxa de realização (TR):** em termos financeiros relaciona o montante de despesa realizada (EX) com a despesa inicialmente prevista (PR). Em termos físicos relaciona o número de unidades já concluídas (EX) com as metas definidas para o conjunto do Programa (PR). O horizonte temporal a que se aplica é do período coberto pela avaliação;
- **Taxa de execução (TE):** em termos financeiros relaciona o montante de despesa já realizada (EX) com a despesa dos projectos aprovados, prevista para o período da avaliação intercalar (AP); em termos físicos relaciona o número de unidades já concluídas (EX) com o número de unidades previstas nos projectos aprovados (AP).

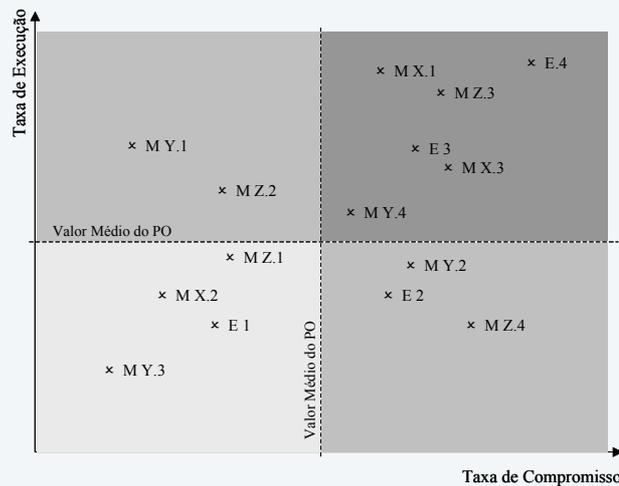
A análise da taxa de compromisso procura fundamentalmente avaliar a capacidade mobilizadora do Programa, através do grau de adesão dos potenciais promotores às diferentes medidas e acções, e observar a percentagem do total de recursos financeiros que se encontra já comprometida. Com a taxa de realização avalia-se o grau de concretização financeira do programa, nomeadamente por via da taxa de realização calculada para o horizonte temporal já decorrido. Com a taxa de execução mede-se a capacidade de concretização dos promotores face aos compromissos assumidos, ou seja, o ritmo de execução dos projectos aprovados.

Em termos algébricos:

$$tr = tc * te$$

$$EX/PR = AP/PR * EX/AP$$

O cruzamento da taxa de compromisso com a taxa de execução permite definir uma tipologia do grau de realização para os diferentes Eixos e Medidas, tipo de promotores e outras variáveis de segmentação. A figura seguinte exprime graficamente a relação entre as duas taxas e permite evidenciar desde logo algumas conclusões sobre o grau de adesão e de execução relativos dos vários Eixos e Medidas ou tipo de promotores.



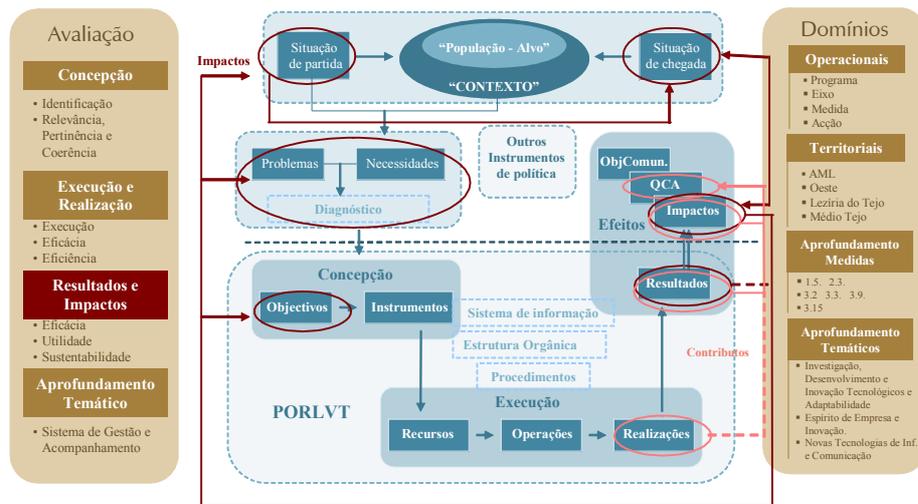
Um outro possível cruzamento poderá ser efectuado entre a taxa de aprovação e a taxa de realização verificando a relação entre a selectividade e os níveis de realização dos diferentes programas.

Fonte: Augusto Mateus & Associados

3.3. ESTIMATIVA DOS PRINCIPAIS RESULTADOS E IMPACTOS EXPECTÁVEIS NO HORIZONTE DA CONCLUSÃO DO PROGRAMA

Esta componente tem como objectivo proceder à avaliação dos impactos já produzidos pelo programa e do provável grau de cumprimento dos objectivos traçados e do seu contributo para a realização dos objectivos do QCA.

FIGURA 3.3 - ARTICULAÇÃO METODOLÓGICA: ACTUALIZAÇÃO AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS GLOBAIS DO PO E DA SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJECTIVOS DO QCA



Fonte: Augusto Mateus & Associados

Este objectivo concretiza-se através da realização das seguintes actividades:

- Análise exploratória dos resultados a partir da articulação entre as dimensões da relevância e da eficácia, traduzida na comparação da relevância esperada com a relevância revelada à luz da execução dos projectos, com base na agregação de projectos de acordo com os seus efeitos nos diferentes domínios de intervenção associados, ainda que de forma indicativa em termos de programação, a cada medida do PORLVT;
- Construção de trajectórias que ligam os efeitos (resultados e impactes) do Programa a dimensões (que no fundo agregam um conjunto de efeitos) do contexto onde o mesmo se desenvolve e sobre as quais pretende actuar, tendo sempre em vista o seu objectivo global – a qualificação do território, das pessoas e das organizações.
- Avaliação dos efeitos do Programa com base na auscultação dos promotores de projectos concluídos e dos membros das três Unidades de Gestão.

3.4. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS E ÁREAS TEMÁTICAS OBJECTO DE APROFUNDAMENTO

O exercício de actualização da Avaliação Intercalar incluiu uma análise em profundidade que pretendeu responder à solicitação expressa no caderno de encargos de “*aprofundar e desenvolver o apuramento das conclusões relativas ao impacto e ao valor acrescentado esperados da intervenção, integrando a análise de algumas Medidas do Programa Operacional e de determinadas áreas temáticas em aspectos específicos e direccionados, de natureza complementar à componente anterior*”.

No âmbito desta componente de avaliação foram consideradas as seguintes medidas e áreas temáticas:

- Medidas: *Medida 1.5 – Acções Específicas de Valorização Territorial* e *Medida 2.3 – VALTEJO – Valorização do Tejo*, financiadas pelo FEDER; *Medida 3.2 – Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade* *Medida 3.3 – Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados* e *Medida 3.9 - Ensino Profissional*, financiadas pelo FSE e a *Medida 3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural*, financiada pelo FEOGA;
- Áreas temáticas: *Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos e Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação*, no âmbito do conteúdo de concretização do Programa e *Sistema de gestão, acompanhamento e avaliação* no âmbito da concepção e implementação do Programa.

A diversidade de áreas temáticas e de medidas, com características e nº de projectos bastante diferenciados, justificou que cada uma fosse sujeita a um exercício de avaliação específico, embora se tivesse considerado um roteiro base comum, complementado por procedimentos particulares.

3.4.1. Roteiro Comum

Globalmente, o exercício de avaliação específica visou, nesta fase, por um lado, detalhar os resultados obtidos, numa óptica de eficácia e de eficiência, e, por outro, compreender os impactos já ocorridos. O roteiro comum proposto foi, deste modo, composto por três tipos de procedimentos:

- i) Retrato de cada uma das medidas e áreas temáticas, traçado com base nos projectos aprovados e nos já concluídos;

- ii) Avaliação dos níveis de eficácia, através da confrontação dos objectivos apresentados nas candidaturas com os resultados referidos nos relatórios de execução;
- iii) Avaliação geral de impactos, através da auscultação de um conjunto relevante de agentes (reguladores e promotores).

i) Retrato das medidas

A caracterização da medida ou área temática foi efectuada, numa primeira fase, através de uma sinopse que incluiu a apresentação dos seus objectivos, tipologias de projectos, promotores, programação, reprogramação e execução financeira, e, numa segunda fase, a caracterização dos projectos com base no cruzamento da seguinte informação de base:

- a. Data aprovação;
- b. Promotor;
- c. Localização (concelho e urbano/rural);
- d. Investimento elegível (despesa pública aprovada e executada);
- e. Cumprimento dos *timings*;
- f. Complementaridade com outro(s) projecto(s);
- g. Parcerias.

ii) Avaliação dos níveis de eficácia

Através da consulta dos dossiers dos projectos já concluídos (o universo no caso das medidas 1.5, 2.3, 3.9 e nas áreas temáticas), foi recolhida a seguinte informação:

- Objectivos iniciais e eventuais revisões de objectivos (candidatura);
- Resultados obtidos (relatórios de execução);
- Dificuldades no desenvolvimento do projecto (relatórios de execução).

Numa primeira etapa, foram tipificados os objectivos, tendo por base os objectivos da medida. Em seguida, confrontados os objectivos tipificados foram confrontados com os resultados obtidos e identificados níveis de correspondência. Para os níveis de correspondência mais baixos, foram tipificadas as dificuldades que restringiram ou impediram atingir os objectivos.

A eficácia física foi também avaliada através da análise dos indicadores da medida para os quais tinham sido estabelecidas metas, verificando em que medida essas metas foram alcançadas ou são passíveis de ser no horizonte de conclusão do Programa.

iii) Avaliação geral de impactos

A avaliação dos impactos foi efectuada com base em entrevistas aos responsáveis pela gestão das medidas e a alguns promotores, através de inquéritos postais efectuados a promotores de projectos concluídos e ainda através de sessões de *focus group*. A Caixa de Texto 3.2 apresenta o *road map* destas sessões.

CAIXA DE TEXTO 3.2: ANÁLISE *FOCUS GROUP*

A análise *focus group*, crescentemente utilizada nas ciências sociais e frequentemente aplicada na avaliação de políticas, programas e projectos, usa-se especialmente nos casos em que os dados a obter correspondem a expectativas, representações ou opiniões.

Este método operacional concretiza-se através de uma entrevista em grupo que visa, sobretudo, levar os entrevistados não só a exporem os seus pontos de vista, mas também a interagirem, avançando argumentos para defenderem os seus pontos de vista. O segundo aspecto é o que confere mais-valias à análise *focus group* por comparação com os outros formatos de entrevista.

Na realização da análise *focus group* devem ser assegurados os seguintes procedimentos:

- os grupos de entrevistados devem incluir 6 a 10 pessoas, de forma a que a interacção pessoal seja possível e a que todos possam apresentar os seus pontos de vista e argumentos;
- deve-se procurar seleccionar interlocutores que tenham pontos de vista diferentes, mas não tão antagónicos que gerem tensões inultrapassáveis;
- o papel do(s) moderador(es) centra-se na apresentação do tema em análise e na promoção do debate e da interacção.

Uma sessão de *Focus Group* deve obedecer a princípios gerais e adequá-los ao tema específico em causa, às características dos participantes e às dinâmicas que se geram no grupo.

Organização de uma Sessão de *Focus Group*

ETAPAS	CONTEÚDOS	TIMING
1 - Apresentação do tema em debate	As questões que motivam a sessão (3-4 questões) Slide show	15 min.
2 - Os pontos de vista presentes	A opinião de cada um dos participantes sobre as questões em discussão Volta à mesa	45 min. a 60 min.
Intervalo (convidados)	<i>Coffee break</i> – promoção da interacção	
3 - Identificação dos pontos chave emergentes na etapa 2 (moderador)	(durante o intervalo) A partir das opiniões expressas pelos participantes são identificados os principais pontos de concordância e discordância	20 min.
4 - Apresentação dos pontos de concordância e discordância	É apresentada uma síntese das opiniões dos participantes em que se evidenciam os pontos de concordância e discordância (3-4 pontos)	15 min.
5 - Os argumentos dos participantes	É solicitado aos participantes que defendam os pontos de vista que expressaram anteriormente. Fazendo pequenas intervenções provocatórias, o moderador procura desencadear a interacção de forma a fazer emergir os argumentos dos participantes	90 min.
Intervalo	<i>Coffee break</i>	20 min.
6 - As sugestões dos convidados	Relativamente a cada uma das questões em discussão, os convidados apresentam as suas sugestões no sentido da obtenção de melhores resultados. (As sugestões podem ser debatidas)	30 min. (30 min.)

Fonte: Augusto Mateus & Associados

3.4.2. Roteiro específico

A especificidade da avaliação de cada uma das medidas e áreas temáticas teve em consideração as questões enunciadas no ponto 2.4 do Caderno de Encargos. Na Caixa de Texto 3.3 são apresentadas, as questões de avaliação relativas a cada uma das áreas e os métodos específicos utilizados na sua avaliação.

CAIXA DE TEXTO 3.3: QUESTÕES ESPECÍFICAS DE AVALIAÇÃO E METODOLOGIA OPERACIONAL

Medida 1.5 - Acções específicas de valorização territorial

Questões de avaliação

Em que medida a definição das acções específicas se enquadrou no cumprimento dos objectivos/conteúdo do Programa, do Eixo prioritário, da Medida e das Acções?

Em que medida estas acções alcançaram os objectivos em matéria de cooperação territorial e desempenho funcional relacional, competitividade urbana/territorial e ordenamento e requalificação?

Quais os factores que se associaram à sua (ou não) prossecução?

Em que medida as acções específicas se justificaram enquanto formas particulares de concepção/intervenção e implementação de uma resposta à situação da Região e de integração num programa regional?

Metodologias específicas utilizadas:

- Entrevista ao responsável pela gestão do eixo e da medida;
- Entrevistas a alguns promotores;
- Análise dos resultados do inquérito efectuado aos promotores de projectos concluídos, nomeadamente no que respeita às respostas de promotores de projectos da medida;
- Consulta dos relatórios finais dos projectos concluídos e respectivos dossiers de candidatura

Medida 2.3 - VALTEJO – Valorização do Tejo

Questões de avaliação

Em que medida a acção integrada de base territorial se justificou como forma específica de concepção de uma resposta à situação do Vale do Tejo?

E enquanto forma específica de intervenção e de implementação?

E a acção definida adequa-se à natureza da intervenção (acção integrada) e do Programa Operacional (regional)?

Metodologias específicas utilizadas:

- Entrevista ao responsável pela gestão do eixo e da medida;
- Entrevistas a alguns promotores;
- Análise dos resultados do inquérito efectuado aos promotores de projectos concluídos, nomeadamente no que respeita às respostas de promotores de projectos da medida;
- Consulta dos relatórios finais dos projectos concluídos e respectivos dossiers de candidatura

Medida 3.2. - Formação ao longo da vida e adaptabilidade

Questões de avaliação

Em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para aumentar a qualificação dos activos empregados?

Em que medida as acções desenvolvidas contribuíram para melhorar as condições de empregabilidade dos activos empregados?

Metodologias específicas utilizadas:

- Entrevista ao coordenador e ao responsável pela EAT da medida;
- Tratamento das bases de dados da EAT da medida;
- Realização de uma sessão de *focus-group*, no dia 14 de Outubro, onde estiveram presentes os responsáveis pela coordenação e gestão da medida e 10 promotores seleccionados de acordo com a relevância financeira dos seus projectos e com a representatividade no tipo de promotores que aderiu à medida.

Medida 3.3 - Qualificação e inserção profissional dos desempregados

Questões de avaliação

Em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para melhorar as condições de empregabilidade dos activos desempregados?

Em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para facilitar a reinserção profissional dos activos desempregados, em particular nos casos que resultam de processos de reestruturação de empresas?

Metodologias específicas utilizadas:

- Entrevista ao coordenador e ao responsável pela EAT da medida;
- Tratamento das bases de dados da EAT da medida;
- Realização de uma sessão de *focus-group*, no dia 14 de Outubro, onde estiveram presentes os responsáveis pela coordenação e gestão da medida e 10 promotores seleccionados de acordo com a relevância financeira dos seus projectos e com a representatividade no tipo de promotores que aderiu à medida.

Medida 3.9 - Ensino Profissional

Questões de avaliação

Em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para a diminuição do abandono escolar?

Em que medida as acções desenvolvidas contribuíram para criar condições favoráveis à inserção dos jovens na vida activa?

Metodologias específicas utilizadas:

- Entrevista ao coordenador da medida;
- Entrevistas a 6 escolas profissionais;
- Consulta dos relatórios finais dos projectos concluídos e respectivos dossiers de candidatura;
- Análise da informação proveniente da avaliação das escolas profissionais.

Medida 3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural**Questões de avaliação**

Em que medida o conteúdo das sub-acções definidas permitiram ou permitem prosseguir a finalidade e a concretização da respectiva sub-acção a da Acção?

Em que medida a definição e a implementação das sub-acções se adequam à capacidade de formulação e prossecução de projectos correspondentes e à adesão de promotores?

Em que medida os projectos formulados são adequados à sua própria prossecução?

Em que medida se verifica uma adequação entre a concepção, a implementação e a gestão destas sub-acções?

Metodologias específicas utilizadas:

- Entrevistas aos responsáveis pela gestão da medida;
- Tratamento das bases de dados da EAT da medida;
- Realização de uma sessão de *focus-group*, no dia 14 de Outubro, onde estiveram presentes os responsáveis pela coordenação e gestão da medida e 10 promotores seleccionados de acordo com a relevância financeira dos seus projectos para as acções objecto de análise em profundidade (acções 2, 3, 5 e 7).
- Inquérito aos promotores de projectos concluídos elaborado especificamente para promotores de projectos apoiados no âmbito da medida 3.15 (Ver Anexo 2).

Áreas temáticas**(Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos e Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação)****Questões de avaliação**

Em que medida a concepção e integração destas temáticas no Programa se mostrou adequada à capacidade de prossecução de projectos correspondentes?

Em que medida a modalidade de implementação e gestão se adequaram à viabilidade de concretização e prossecução de projectos correspondentes ou da integração deste domínio enquanto componente em projectos/acções de âmbito diferente?

Quais os factores ou indícios positivos ou negativos, quanto à concepção, implementação e gestão, a prosseguir ou a alterar no que respeita à incorporação e prossecução de acções relativas a estas temáticas?

Em que medida a capacidade de prossecução se relaciona com a natureza mais imaterial destas acções?

Quais os factores que se mostraram relacionados com o seu sucesso ou insucesso?

Metodologias específicas utilizadas:

- Identificação do universo dos projectos classificados na base de dados como incluídos nos domínios de intervenção 18 – Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos e 24 – Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação.
- Consulta de todos os dossiers de candidatura e dos relatórios finais de todos os projectos concluídos, no sentido de recolher informação sobre os seus objectivos específicos e sobre o seu processo de implementação.

A área temática relativa ao *Sistema de gestão, acompanhamento e avaliação* foi objecto de tratamento no âmbito das questões fundamentais de avaliação atrás explicitadas. No entanto, esta temática de aprofundamento da avaliação será apresentada, no Relatório Final, no capítulo relativo ao *Desenvolvimento da análise das medidas e áreas temáticas objecto de aprofundamento*.

3.5. AS GRANDES LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA E AS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS NA REGIÃO DE LISBOA NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013

Os trabalhos de avaliação incluem ainda uma parte final onde se sistematizam os resultados já alcançados até à data pelo programa, nomeadamente os avanços em relação ao momento da avaliação intercalar, os impactos expectáveis no final do período, o provável grau de cumprimento dos objectivos delineados e, finalmente, um balanço da implementação das recomendações da avaliação intercalar que, dentro da reduzida margem de correcção, dada a configuração do ritmo do “*phasing-out*“, se assumiram como possíveis de realização no período 2004-2006.

Partindo de uma leitura renovada do quadro de problemas, necessidades e desafios da região de Lisboa à luz da sua evolução mais recente e das prioridades da estratégia de Lisboa apresentam-se as lições da experiência do PORLVT (2000-2006) e, tendo em conta as mudanças de orientação na política estrutural europeia para o período 2007-2013, as grandes recomendações para a configuração do quadro estratégico de referência (objectivos, desenho operacional e modelos de gestão) para o próximo ciclo de programação estrutural na região de Lisboa.

3.6. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SUPORTE À ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

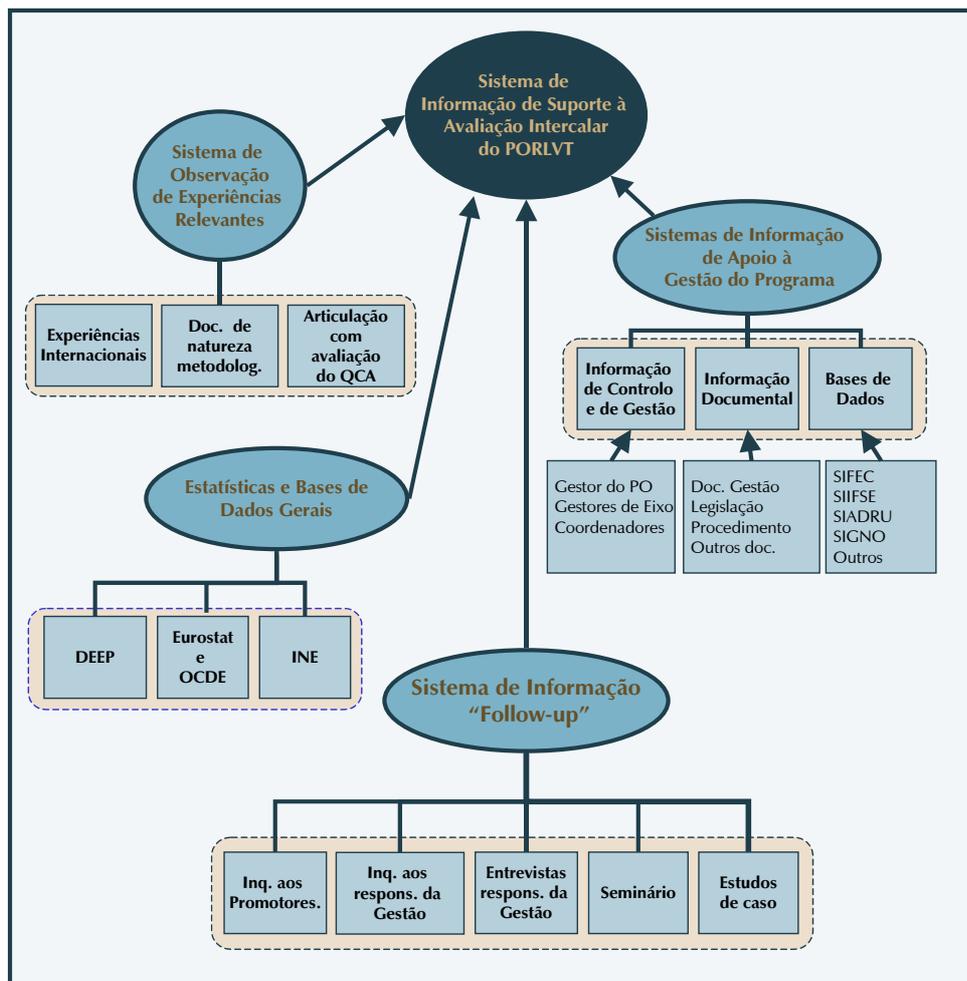
O exercício de actualização da avaliação deve apoiar-se numa caracterização tão rigorosa quanto possível dos projectos aprovados e numa estimativa preliminar para as realizações e os resultados a obter no fim do período de programação, com base na evolução histórico-tendencial (ritmos de execução e taxas de quebra) do Programa.

Deste modo, a actualização da avaliação intercalar do PORLVT exigiu a concepção e construção de um sistema de informação próprio, alimentado pela informação relevante disponível e organizado em função dos objectivos próprios dos trabalhos de avaliação, que englobou os seguintes elementos (ver Figura 3.4):

- i. **Sistema de informação de apoio à gestão do Programa**, que consolida a informação de todos os projectos candidatos, a desenvolver a partir do Sistema de Informação do Programa e que reúne, ainda, a informação documental e de controlo de gestão relativa ao mesmo;
- ii. **Sistema de informação de “follow-up”** que integra os resultados do processo de auscultação dos beneficiários, promotores e agentes envolvidos na gestão e acompanhamento do Programa;

- iii. **Sistema de informação sobre o contexto e envolvente ao Programa**, que sistematiza e consolida a informação sobre a região de Lisboa e Vale do Tejo, permitindo observar analisar a evolução mais recente da região e o seu posicionamento no contexto nacional e europeu;
- iv. **Modelo MACRO- 2004**, constituído por um modelo macroeconómico estimado para a economia portuguesa no âmbito de trabalhos desenvolvidos na Augusto Mateus & Associados e que servirá para avaliação dos impactos macro e meso económicos do Programa;
- v. **Sistema de observação de experiências relevantes e fontes de informação estatística secundárias**, que engloba a informação resultante de outras experiências nacionais e internacionais de avaliação de programas e iniciativas públicas, bem como os documentos de natureza conceptual e metodológica produzidos no âmbito da temática das avaliações de políticas públicas.

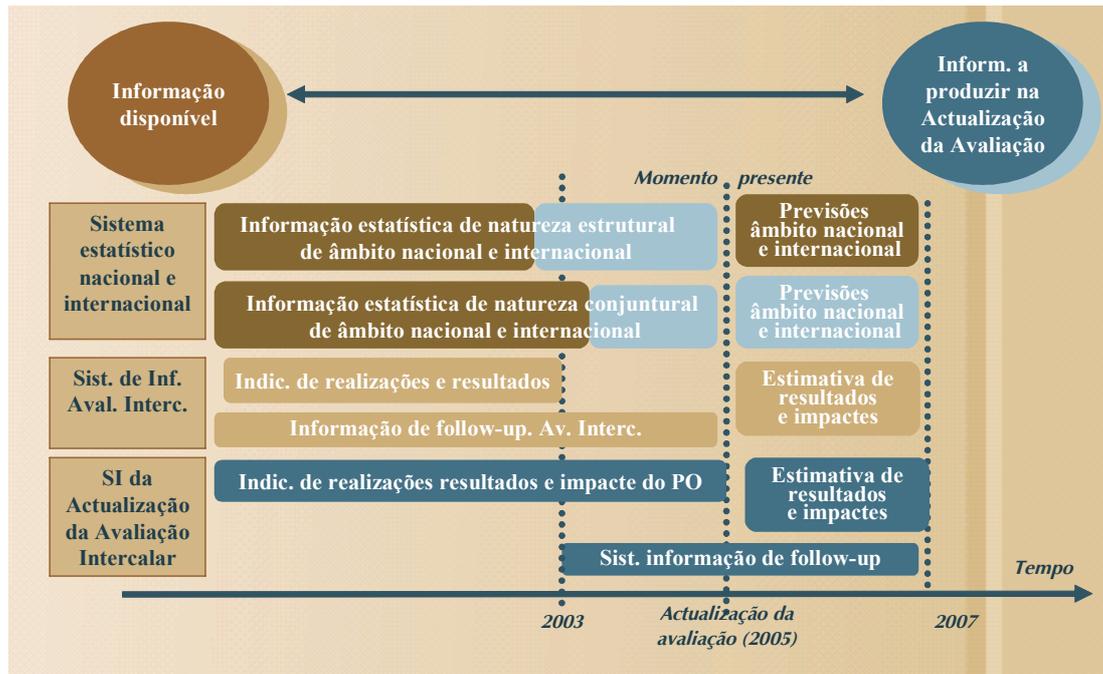
FIGURA 3.4: SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT



Fonte: Augusto Mateus & Associados,, Metodologia de Avaliação de Programas e Políticas Públicas

As fragilidades do Sistema Estatístico Nacional, em particular o desfasamento na produção e disponibilização de informação estatística, exigiram ainda a necessidade da equipa de avaliação efectuar uma “recuperação” da informação estatística referente ao passado recente, bem como uma necessidade de formular um quadro coerente em matéria de previsões económicas e de consolidação dos diversos subsistemas de produção de informação estatística (ver Figura 3.5).

FIGURA 3.5: HORIZONTE TEMPORAL DA INFORMAÇÃO A PRODUZIR



Fonte: Augusto Mateus & Associados

O sistema de informação de “*follow-up*” foi desenvolvido como forma de apoiar a análise dos indicadores de acompanhamento construídos a partir do sistema de informação de apoio à gestão, através da recolha de informação de natureza mais quantitativa, visando a produção de estimativas para o final do período e de informação de natureza mais qualitativa com o objectivo de apoiar a formulação de um conjunto de recomendações para o próximo período de programação. A audição dos actores foi realizada através dos seguintes procedimentos:

- Entrevistas directas realizadas aos intervenientes na Gestão do Programa, visando o aprofundamento do conhecimento sobre a evolução do Programa e da análise da adequação e da qualidade dos dispositivos de gestão, acompanhamento e controlo, em particular nas medidas objecto de análise em profundidade;

- Entrevistas a promotores de projectos enquadrados em algumas medidas objecto de análise em profundidade;
- Realização de sessões de “*Focus Group*”:
 - uma subordinada ao tema “As grandes lições da experiência do PORLVT e o próximo período de programação na região de Lisboa”, com os membros das Unidades de Gestão dos três eixos do Programa (27 de Setembro);
 - outra, centrada sobre as medidas 3.2 e 3.3, com os responsáveis pela coordenação e gestão das medidas e 10 promotores seleccionados de acordo com a relevância financeira dos seus projectos e com a representatividade no tipo de promotores que aderiu à medida (14 de Outubro);
 - uma última, centrada sobre a medida 3.15, com os responsáveis pela coordenação e gestão da medida e 10 promotores seleccionados de acordo com a relevância financeira dos seus projectos para as acções 2, 3, 5 e 7, seleccionadas para a análise em profundidade (14 de Outubro).
- Inquérito postal realizado aos promotores de projectos concluídos (cfr. Anexo 1), o qual teve por objectivo a obtenção de uma leitura focalizada na óptica dos utilizadores do Programa, valorizando as suas opiniões no que respeita a três questões essenciais: (i) ao processo associado ao desenvolvimento dos projectos desde a candidatura ao momento da sua finalização, (ii) à sustentabilidade dos projectos após a sua conclusão e, sobretudo, (iii) aos resultados e impactos dos projectos e a sua contribuição para a concretização dos objectivos do programa.

A metodologia utilizada para o lançamento dos inquéritos comportou as seguintes fases; (i) identificação, a partir da base de dados disponibilizada pela EAT Central, dos projectos concluídos, tendo-se assumido que os apresentavam uma taxa de execução superior a 95% se encontravam nesta situação, (ii) cruzamento destes resultados com a base de dados que continha as moradas dos promotores FEDER e FSE, (iii) eliminação dos promotores que não tinham qualquer referência relativamente ao endereço e pesquisa de códigos postais nos casos em que estavam omissos, (iv) eliminação de promotores que tinham apenas um projecto concluído e valor investimento inferior a 500.000 euros e (v) lançamento do inquérito por via postal acompanhado de um envelope RSF.

Os inquéritos foram enviados a 374 promotores, tendo sido obtida uma taxa de resposta de 32%.

- Inquérito postal enviado aos promotores da medida 3.15 com projectos concluídos (cfr. Anexo 2), o qual teve por objectivo a obtenção de uma leitura focalizada na óptica dos utilizadores do Programa na vertente FEOGA, valorizando as suas opiniões no que respeita a três questões essenciais: (i) ao

processo associado ao desenvolvimento dos projectos desde a candidatura ao momento da sua finalização, (ii) à sustentabilidade dos projectos após a sua conclusão e, sobretudo, (iii) aos resultados e impactos dos projectos e a sua contribuição para a concretização dos objectivos da medida.

A metodologia utilizada para o lançamento dos inquéritos comportou as seguintes fases; (i) identificação, a partir da base de dados disponibilizada pela EAT Central, dos projectos concluídos, tendo-se assumido que os apresentavam uma taxa de execução superior a 95% se encontravam nesta situação, (ii) solicitação das moradas dos promotores da medida 3.15 ao coordenador da medida, (iii) a recepção da informação relativa às fases i) e ii) verificou-se em data já muito próxima da entrega do relatório, pelo que se optou por seleccionar apenas os promotores com projectos concluídos no âmbito das acções objecto de análise em profundidade e, destes, eliminar as Câmaras Municipais, uma vez que já tinham sido inquiridas relativamente à totalidade dos seus projectos, (iv) identificação dos números de fax dos 53 promotores seleccionados e (v) envio do inquérito por fax a 22 promotores para os quais foi possível obter este contacto e por via postal aos restantes promotores. A taxa de resposta a este inquérito foi de 10%

ANEXO 1: INQUÉRITO AOS PROMOTORES DE PROJECTOS CONCLUÍDOS

1. Enquadramento do(s) projecto(s)

1.1. Localização dos projectos: AML Oeste Lezíria do Tejo Médio Tejo

1.2. N° da medida/acção/sub-acção do PORLVT em que se enquadrou/enquadraram o(s) projecto(s) **concluído(s)**:

N° projectos	Medida	Acção/Sub-acção

1.3. Identifique o(s) domínio(s) de intervenção em que se enquadrou(aram) o(s) projecto(s) que promoveu (identifique **no máximo 5 domínios**, classificando-os em função da sua importância numa escala em que 1 = domínio predominante e 5 = domínio abrangido mas menos relevante):

Agricultura	
Silvicultura	
Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	
Ajudas às PME e ao artesanato	
Turismo	
Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	
Políticas Activas do Mercado de Trabalho	
Integração Social	
Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	
Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	
Infra-estruturas de transportes	
Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	
Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	
Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	
Ordenamento e requalificação	
Infra-estruturas sociais e de saúde	
Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA)	

2. Execução dos projectos

2.1. Foram encontradas **dificuldades** no **lançamento** do(s) projecto(s)?

Sim Não Ns/Nr

Se Sim, refira quais:

- Questões processuais relacionadas com a complexidade dos concursos
- Dificuldade de mobilização de parceiros
- Insuficiente maturação do(s) projecto(s)
- Os objectivos inicialmente delineados deixaram de ser pertinentes, pelo que se procedeu a uma reformulação do(s) projecto(s)

- Insuficiente capacidade financeira do promotor
- Outras. Quais? _____

2.2. Ocorreram atrasos no(s) projecto(s) em resultado das dificuldades encontradas?

Sim Não Ns/Nr

Se Sim, refira quais:

- Atrasos na aprovação do(s) projecto(s)
- Atrasos no desbloqueamento das participações comunitárias
- Atrasos no cumprimento das obrigações legais associadas à execução do(s) projecto(s) (ex.: licenças,...)
- Falta de capacidade financeira do executor
- Outros problemas com os executores (empregados/fornecedores)
- Outros. Quais? _____

2.3. Teria desenvolvido o(s) projecto(s) sem o apoio do PORLVT ?

- Não teria desenvolvido o(s) projecto(s)
- Sim, com recurso financiamento de outros Programas Operacionais do QCA
- Sim, com recurso financiamento de outros instrumentos de apoio nacional
- Sim com recurso apenas a financiamento próprio

2.4. Como avalia o desempenho da Gestão do Programa (em que 1 = Muito fraco e 6 = Muito bom), em função dos seguintes aspectos:

	1	2	3	4	5	6	Ns/ Nr
Prestação de informação aos promotores							
Apoio na elaboração das candidaturas							
Rapidez na apreciação das candidaturas							
Acompanhamento na execução do(s) projecto(s)							
Cumprimento dos prazos de pagamento							

2.5. Foi sujeito a acções de controlo?

Sim Não

Se sim, assinale as entidades que desenvolveram essas acções:

- Gestão do Programa
- DGDR
- Instituto de Gestão do FSE
- Inspeção Geral do Ministério da Agricultura
- Inspeção Geral de Finanças
- Tribunal de contas
- Outras. Quais? _____

3. Sustentabilidade

3.1. Está prevista a possibilidade do(s) projecto(s) se prolongar(em) nos próximos anos?

Sim Não Ns/Nr

3.2. Estão garantidas as condições de sustentabilidade do(s) projecto(s)?

Sim Não Ns/Nr

Se Não, indique a razão:

- Os recursos que o(s) investimento(s) gera(m) não são suficientes para garantir a sua continuidade
- Não está garantida a conclusão de projectos complementares previstos no momento da candidatura (ex.: estradas,...)
- Dificuldade em encontrar parceiros para a prossecução do(s) projecto(s)
- Outras. Quais? _____

4. Avaliação dos resultados do(s) Projecto(s)

4.1. Como qualifica a **contribuição do(s) projecto(s)** que desenvolveu para cada um dos aspectos a seguir referidos (de acordo com uma escala em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado):

	1	2	3	4	5	6	Ns/ Nr
Infra-estruturas e equipamentos							
Aumento/melhoria das infra-estruturas de transporte							
Aumento/melhoria das infra-estruturas energéticas e ambientais							
Aumento da oferta de equipamentos de saúde, educação, formação e desportivos							
Actividades produtivas e dinâmica empresarial							
Internacionalização da economia da região							
Diversificação da estrutura produtiva							
Criação/promoção de produtos e marcas regionais							
Potencial humano							
Qualificação dos recursos humanos							
Promoção da adaptabilidade							
Redução do desemprego							
Inserção profissional de jovens							
Inclusão social							
Serviços e condições de apoio às crianças e aos idosos							
Serviços e condições de apoio às pessoas com deficiência ou doença crónica							
Exclusão social							
Ambiente e património							
Qualidade ambiental							
Conservação e valorização dos centros históricos							
Protecção dos sistemas naturais							
Aumento da animação cultural e turística							
Alargamento e melhoria dos espaços verdes							

	1	2	3	4	5	6	Ns/ Nr
Inovação							
Promoção da inovação							
Promoção da Investigação & Desenvolvimento Tecnológicos							
Utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação							
Instituições e Governância							
Articulação entre organismos da Administração Pública							
Qualidade da prestação de serviços públicos							
Ordenamento do território							

4.2. Analise a **contribuição do projecto** que desenvolveu para cada um dos objectivos do PORLVT a seguir enunciados (de acordo com uma escala em que 1 = contributo nulo e 6 = contributo muito elevado):

Objectivos		1	2	3	4	5	6	Ns/ Nr
Nível 1	Promover a qualificação do território							
	Promover a qualificação das pessoas							
	Promover a qualificação das organizações							
Nível 2	Reforçar a coesão regional							
	Melhorar a qualidade de vida da população							
	Promover o desenvolvimento local							
	Incrementar a estruturação da região							
	Aumentar a capacidade competitiva das subunidades regionais							
	Promover a equidade territorial							
	Favorecer o desenvolvimento do potencial humano							
	Favorecer o desenvolvimento empresarial							
	Aumentar a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região							

5. Sugestões

5.1. Utilize o quadro seguinte para **sugerir alterações** que julgue pertinentes para o melhor funcionamento do PORLVT, seja ao nível do enquadramento dos promotores, das condições de elegibilidade e dos critérios de selecção, seja ao nível dos processos subjacentes à candidatura, implementação e controlo dos projectos.

Obrigado pela sua colaboração.

ANEXO 2: INQUÉRITO AOS PROMOTORES DE PROJECTOS CONCLUÍDOS (FEOGA)**1. Enquadramento do projecto**

1.1. Localização do(s) projecto(s): AML Oeste Lezíria do Tejo Médio Tejo

1.2. N° da **acção/sub-acção** do PORLVT em que se enquadrou/enquadraram o(s) **projecto(s) concluído(s)**:

N° projectos (quantidade)	Acção/Sub-acção

2. Candidatura e execução do(s) projecto(s)

2.1. Indique os meios que utilizou na **preparação da candidatura**:

- Recursos próprios
- Contratação de serviços de consultoria
- Apoio técnico dos Serviços do Ministério da Agricultura
- Apoio técnico de uma organização de produtores
- Apoio técnico da gestão do programa
- Outros. Quais? _____

2.2. Como avalia o AGRIS no que respeita aos seguintes aspectos (em que 1 = reduzido e 6 = elevado)?

	1	2	3	4	5	6	Ns/Nr
Grau de dificuldade de inserção da sua instituição/empresa nas condições de elegibilidade definidas para os promotores							
Grau de dificuldade de inserção do seu projecto inicial nas condições de elegibilidade definidas para os projectos							
Grau de dificuldade do preenchimento da candidatura							
Montante dos meios financeiros disponíveis							

2.3. Foram encontradas **dificuldades** na realização do projecto?

Sim Não Ns/Nr

Se Sim, refira quais:

- Questões processuais relacionadas com a complexidade dos concursos
- Dificuldade de mobilização de parceiros
- Insuficiente maturação do projecto
- Os objectivos inicialmente delineados deixaram de ser pertinentes, pelo que se procedeu a uma reformulação do projecto
- Insuficiente capacidade financeira do promotor
- Outras. Quais? _____

2.4. Ocorreram atrasos nos projectos em resultado das dificuldades encontradas?

Sim Não Ns/Nr

Se Sim, refira quais:

- Atrasos na aprovação do(s) projecto(s)
- Atrasos no cumprimento das obrigações legais associadas à execução do(s) projecto(s) (ex.: licenciamentos,...)
- Atrasos no desbloqueamento das participações comunitárias
- Falta de capacidade financeira do executor
- Outros problemas com os executores (empregados/fornecedores)
- Outros. Quais? _____

Quantifique o atraso:

- Até 1 mês
- De 1 mês a 6 meses
- De 6 a 12 meses
- Superior a 12 meses

2.5. Considera que o AGRIS poderia apoiar outros tipos de investimentos/projectos que actualmente não se enquadram nas condições de elegibilidade?

Sim Não Ns/Nr

Se Sim, refira quais: _____

2.6. Teria desenvolvido o(s) projecto(s) sem o apoio do AGRIS ?

- Não teria desenvolvido os projectos
- Sim, com recurso financiamento de outros Programas Operacionais do QCA
- Sim, com recurso financiamento de outros instrumentos de apoio nacional
- Sim com recurso apenas a financiamento próprio

2.7. Como avalia o desempenho da Gestão do Programa (em que 1 = Muito fraco e 6 = Muito bom), em função dos seguintes aspectos:

	1	2	3	4	5	6	Ns/Nr
Prestação de informação aos promotores							
Apoio na elaboração das candidaturas							
Rapidez na apreciação das candidaturas							
Acompanhamento na execução do(s) projecto(s)							
Cumprimento dos prazos de pagamento							

2.8. Foi sujeito a acções de controlo?

Sim Não Ns/Nr

Se Sim, assinale as entidades que desenvolveram essas acções:

- Direcção Regional de Agricultura
- IFADAP
- Outros organismos tutelados pelo Ministério da Agricultura
- Outras. Quais? _____

3. Sustentabilidade**3.1. Está prevista a continuação do projecto nos próximos anos?**

Sim Não Ns/Nr
(se Não passe ao ponto 4)

3.2. Estão garantidas as condições de sustentabilidade do projecto?

Sim Não Ns/Nr

Se Não, indique a razão:

- Os recursos que o investimento gera não são suficientes para garantir a sua continuidade
- Não está garantida a conclusão de projectos complementares previstos no momento da candidatura (ex.: estradas,...)
- Dificuldade em encontrar parceiros para a prossecução do projecto
- Outras. Quais? _____

4. Avaliação dos resultados do Projecto**4.1. Como qualifica o **impacto do projecto** em cada um dos aspectos a seguir referidos (em que 1 = impacto nulo e 6 = impacto muito significativo)**

	1	2	3	4	5	6	Ns/r
Gerais							
Melhoria das condições ambientais							
Ordenamento do território							
Valorização do potencial específico e diversificação económica dos territórios rurais							
Valorização dos recursos humanos							
Aumento do Empreendedorismo							
Promoção da Inovação							
Simplificação administrativa							
Reforço da organização, associação e iniciativa dos agricultores e outros agentes de desenvolvimento rural							

	1	2	3	4	5	6	Ns/r
Específicas							
Melhoria das condições de vida e de trabalho e rendimento dos agricultores e das populações rurais							
Reorganização (intensificação e diversificação) da produção							
Melhoria na qualidade dos produtos agrícolas							
Incremento da certificação de produtos							
Reforço da competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais							
Melhoria da exploração dos recursos hídricos da região							
Melhoria e renovação dos equipamentos de apoio à actividade							
Melhoria das infraestruturas de apoio à actividade (por exemplo, caminhos e electrificação)							
Aumento da oferta e diversificação dos serviços de apoio à actividade agrícola							
Aumento da eficácia da gestão							

5. Sugestões

- 5.1. Utilize o quadro seguinte para **sugerir alterações** que julgue pertinentes para o melhor funcionamento do AGRIS, seja ao nível do enquadramento dos promotores, das condições de elegibilidade e dos critérios de selecção, seja ao nível dos processos subjacentes à candidatura, implementação e controlo dos projectos.

Outras Observações:

Obrigado pela sua colaboração.

Assinatura: